



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 41/2021

DATA DA CORREIÇÃO VIRTUAL: **13/10/2021**

PROMOTOR DE JUSTIÇA: Cláudia Daniela de Freitas Silveira Franco

(X) TITULAR () SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 1ª Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

DISTRITO(S):

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	11/04/2003
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	01/06/2020
1.3 Atribuições	Judiciais: sim. Atuação perante o Juizado de Violência Contra a Mulher Extrajudiciais:
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim (x) Não () Em que unidade? 2ª Promotoria de Violência Doméstica e Familiar Qual o período/dias da semana? 01 a 10 de fevereiro de 2020
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses	Sim () Qual? _____ Não (X)
1.7 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()
1.8 Endereço Residencial	Rua Francisco Rabelo Leite Neto, 990, Condomínio Residencial Sunville, casa 19, Atalaia, Aracaju/SE
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (X)
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano	Período de férias do último ano: 07 a 15 de janeiro 2021 Período de outros afastamentos do último ano: _____



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1.12 Observações da Corregedoria Geral

Destaque-se a necessidade da Promotora de Justiça comunicar as férias à Corregedoria-Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

2) DADOS DA PROMOTORIA E DO TRABALHO REMOTO

2.1 Servidores	Nome: Denise Coelho de Almeida Cargo: Técnico Administrativo Nome: Ana Célia Guimarães Prado Cargo: Analista especialidade Direito Nome: Talita Santos Meneses Cargo Estagiária Nome: Leticia Costa Silva de Oliveira Cargo Estagiária Voluntária
2.2 A estrutura de apoio é	() Satisfatória (X) Insuficiente Observações: carência de servidores em comparação com outras promotorias criminais com menor volume processual.
2.3 As instalações da Promotoria são adequadas e satisfatórias	Sim (X) Não () Observações:
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	7 às 13h.
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	Segunda a Sexta das 7 às 13h.
2.6 O atendimento ao público também é realizado por intermédio de quais meios?	(X) telefone (X) e-mail institucional
2.7 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	Esta unidade Ministerial em virtude da pandemia COVID-19, deixou de realizar atendimento presencial durante o período de isolamento. Cumpre salientar que não restou prejuízo as partes e seus patronos, pois houve atendimento via telefones particulares das servidoras, promotoras e e-mail institucional.
2.8 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim (X) Não ()
2.9 Dias de realização de audiências judiciais	Segunda a Sexta
2.10 A internet está funcionando a contento	Sim (X) Não () Observações:
2.11 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	(X) Quando do recebimento dos autos para manifestação



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	() Outra forma de controle. Qual? _____
2.12 Forma de controle de recebimento e devolução de processos eleitorais	Não possui atribuição.
2.13 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Promotoria	(X) Ofícios recebidos. (X) Ofícios expedidos. (X) Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral e Coordenadoria-Geral. (X) Portarias de Procedimento Administrativo Preparatório e Inquérito Civil instaurados. (X) Controle de atendimento ao público. () TAC's homologados. () Guias do Sistema Arquimedes. () Autos de Prisão em Flagrante. () Peças Processuais elaboradas na Promotoria. () Eleitoral. (X) Livro de carga/protocolo. cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do MP e CNMP () Visitas a Delegacias (X) CITT () Visitas a entidades de acolhimento de crianças e/ou idosos () Visitas a Presídios () Visitas a unidades socioeducativas () Disque-100 () Outros. Especificar: _____
2.14 Equipamentos existentes na Promotoria	(5) quantidade de computadores (1) quantidade de impressoras para as duas promotorias (1) quantidade de scanners para as duas promotorias () outros equipamentos. Especificar: _____
2.15 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	Arquimedes: Sim (X) Não () Proj: Sim (X) Não () MPJUD: Sim (X) Não () SCP (TJSE): Sim (X) Não () CITT: Sim (X) Não () IDEPOL: Sim () Não (X) MP-Mobile: Sim (X) Não () Disque-100: Sim (X) Não ()
2.16 A Promotoria, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP	(X) Sim () Não
2.17 A Promotoria, em sua atuação, está	() Sim () Não (X) Sem atribuição criminal



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília”¹	específica
2.18 Observações Gerais/Dificuldades enfrentadas na execução do teletrabalho	Não houve dificuldade na execução do teletrabalho.

2.19) OBSERVAÇÕES GERAIS

A Promotora de Justiça informou no item 2.2 que a estrutura de apoio é insuficiente, registrando a carência de servidores em comparação com outras Promotorias de Justiça Criminais com menor volume processual.

Considerando que falece atribuição à Corregedoria-Geral sobre gestão de pessoal, o presente relatório será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes.

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não . O JVD está em processo de remoção para outro juiz
Existe Defensor Público na Comarca	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	<input type="checkbox"/> Satisfatório <input checked="" type="checkbox"/> Insatisfatório Observações: existe demora da tramitação das ocorrências e na conclusão dos inquéritos
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01 (Certidão Cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há	Quantidade de processos em trâmite na Vara

¹ Abster-se de utilizar os termos “oposição ou resistência à ação policial” e usar a expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		mais de 30 dias no gabinete ministerial	
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju	40	-	1953

Local	TABELA 02 – processos criminais (Certidão Cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas no último ano antes da correição
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju	17	-	-

Local	TABELA 03 – inquéritos policiais/processos remetidos (Relatório SCP – Anexo 02)		
	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP há mais de 30 dias	
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju	27	-	

TABELA 04 – Inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias		
Número do Processo	Data da remessa ao MP	Data do último movimento
-	-	-

	TABELA 05 (Relatório gerencial do MPJUD + Relatório gerencial do Arquimedes – Anexo 03)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da	Média processual mensal



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	correição	correição	
Dados Estatísticos	3.781 (MPJUD) + 506 (Arquimedes) = 4.287	3.743 (MPJUD) + 504 (Arquimedes) = 4.247	354

TABELA 06 - (Relatório gerencial do MPJUD + Relatório gerencial do Arquimedes – Anexo 03)	
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade
1. Ajuizamento	
1.1 – Denúncia 319 (MPJUD) + 141 (Arquimedes)	460
1.2 – Petição Inicial	---
1.3 Representação por Ato Infracional	---
2 – Alegações Finais 169 (MPJUD) + 4 (Arquimedes)	173
3 – Ciência 1868 (MPJUD) + 11 (Arquimedes)	1879
4 – Manifestação 1541 (MPJUD) + 372 (Arquimedes)	1913
5 – Recomendação	---
6 - Recurso	
6.1 – Razões	24
6.2 – Contrarrazões	117
6.3 – Interposição de Recursos	3
7 – Audiências Judiciais 1135 (MPJUD) + 90 (Arquimedes)	1225
8 – Sessões do Tribunal do Júri	---
TOTAL	5.794

4.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL

No dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial/inquérito policial com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação (DOC 01), estando os serviços judiciais atualizados.

Foram juntadas peças processuais (Anexo 04), referentes à atuação judicial da Promotora de Justiça na Unidade, a saber:

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Petições	06	201921301107 202121300821	- Denúncia - crimes de lesão psíquica e perturbação de sossego; - Denúncia - crimes de ameaça e cárcere privado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		202021300646	- Alegações Finais - crime de lesão corporal;
		202121300027	- Alegações Finais – crime previsto no art. 147-A do Código Penal;
		201921302992	- Apelação Criminal – crime de lesão corporal;
		201821301809	- Contrarrazões à Apelação Criminal – crime de lesão corporal.

5) ATUAÇÃO ELEITORAL

Zona Eleitoral	Não possui atribuição
Municípios de abrangência	-
Início da designação Fim da designação	<u> / / </u> <u> / / </u>
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral	-

Local	ESTATÍSTICA ELEITORAL (SEM ATRIBUIÇÃO)			
	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano
Zona Eleitoral	-	-	-	-

5.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO ELEITORAL

Não possui atribuição

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

(X) Não exerce atribuição extrajudicial

() Exerce atribuição extrajudicial

Curadorias: _____

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Anexar relatório do PROEJ)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	-	-	-	-	-
Fora do Prazo	-	-	-	-	-
Numeração dos procedimentos mais antigos (instaurados antes de 2018)	-	-	-	-	-
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	-	-	-	-	-

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (Anexar relatório do PROEJ)

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomendações Expedidas
-	-	-	-	-	-	-	-

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 01 ano antes da correição)						
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's celebrados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL
-	-	-	-	-	-	-

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição) – a ser preenchido pela Corregedoria-Geral								
Registro de Notícias de Fato	Instauração de Procedimentos Preparatórios	Instauração de Inquéritos Civis	Instauração de PIC's	Instauração de PA's	Arquivamento sumário	Arquivamento com Remessa/C SMP ou Arquivamento com Remessa/Órgão Externo	Arquivamento - Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/Mesmo Ramo
-	-	-	-	-	-	-	-	-

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso ajuizadas pelo membro correicionado no último ano (anexar cópias)	
Número da ACP	Objeto da ACP
-	-
-	-

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano (anexar cópias)	
Número do TAC/Recomendação	Temática
-	-
-	-
-	-

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Acordos de Não Persecução Penal celebrado pelo membro correicionado/promotoria no último ano (anexar cópias)	
Número do Procedimento/ Processo Judicial	Temática
-	-
-	-

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
-	-
-	-

6.7) OBSERVAÇÕES GERAIS – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

Não possui atribuição.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
ARQUIMEDES – Anexo 03	X	-	-
MPJUD – Anexo 03	X	-	-
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP – Anexo 10	X	-	-
Atividade Eleitoral	-	-	X
DISQUE 100 () Aguardando Análise () Em análise () Finalizadas	-	-	X

7.1) Observações Gerais da Promotora de Justiça – Sistemas

A Promotora de Justiça registrou:

Existe apenas uma técnica administrativa lotada na 2ª promotoria de violência doméstica, acumulando funções nesta 1ª Promotoria e que é exclusivamente responsável pela alimentação diária dos sistemas (ARQUIMEDES, MPJUD E CNMP), vez que a técnica lotada nessa unidade necessita laborar na confecção de peças processuais, acumulando, também na 2ª promotoria, em razão do volume excessivo de feitos e inquéritos policiais distribuídos no JVD.

7.2) Observações Gerais – Sistemas

O Sistema MPJUD foi implantado na 1ª Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju em 28 de julho de 2020, passando a ser a principal forma para devolução dos processos com intimações enviadas ao Ministério Público.

Verificou-se que os sistemas da Promotoria de Justiça estavam sendo devidamente alimentados.

8) VISITAS

8.1 VISITAS A DELEGACIAS DE POLÍCIA () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.2 VISITAS A PRESÍDIOS () Sim () Não (X) Sem atribuição



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

8.3 VISITAS A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.4 VISITAS A UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.5 VISITAS A INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS () Sim (X) Não () Sem atribuição

8.6 OUTRAS VISITAS EXTERNAS () Sim (X) Não

9) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

A Promotora de Justiça informou:

O feminicídio no sistema de Justiça e a Legítima defesa da honra – Junho/2021
Teoria da pena e sentença penal condenatória – Julho/2020
Feminismo é para todas – Agosto/2020
Webinário Balística terminal para profissionais do Direito - Agosto/2020
Prevenção ao suicídio – Setembro/2020
Acesso à Justiça da mulher em situação de violência – Setembro/2020
Acesso à Justiça da mulher em situação de violência – Setembro/2020
Juristas Negras e aluta pela redução das desigualdades - Novembro/2020

10) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
10.1 Exercício da função pedagógica da cidadania²	() Sim (X) Não	Dificuldade decorrente da Pandemia 2020
10.2 Realização periódica de audiências públicas³	() Sim (X) Não	Dificuldade decorrente da Pandemia 2020
10.3 Combater as causas que geram desigualdades⁴	() Sim (X) Não	Dificuldade decorrente da Pandemia 2020
10.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade⁵	() Sim (X) Não	Sem atribuição

2 Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

3 Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.

4 Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.

5 Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	() Sim (X) Não	Não temos essa ferramenta de controle
10.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	(X) Sim () Não	Sempre que possível através de audiências com as vítimas, nos crimes em que cabe dirimir a demanda sem processo criminal.
10.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	() Sim (X) Não	

11) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

11.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	(X) Sim
	() Não
11.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):	
Projeto desenvolvido que visa promover a existência de grupos reflexivos para auxílio no combate à violência doméstica.	
11.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico:	
00	
11.4) Observações gerais/Justificativa	
O mencionado projeto encontra-se suspenso, após inúmeras tratativas com os órgãos envolvidos, em razão das restrições sanitárias decorrentes da Pandemia do Covid 19.	

12) REGISTRO FOTOGRÁFICO

constitucionalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



13) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

A Promotora de Justiça informou:

O Juizado de Violência doméstica atualmente conta com duas promotorias de justiça especializadas. Porém, cada unidade promotorial conta apenas com uma analista e uma técnica administrativa, ao contrário das demais promotorias criminais da capital, que contam com 2 analistas e um técnico cada uma.

A técnica lotada nessa unidade, por ter formação em direito, acaba sendo orientada a confeccionar peças processuais para auxílio da analista de direito, acumulando as mesmas funções na 2ª Promotoria de justiça de VD, trabalhando em dias alternados. A técnica administrativa que trabalha com os sistemas atua da mesma forma, sendo lotada na 2ª promotoria.

Urge que seja lotada uma analista de direito para a promotoria, em razão do elevado número de feitos que tramita na vara perante a qual as duas promotorias têm atribuição, uma vez que, mesmo sendo duas promotorias a média processual individual de feitos recebidos e devolvidos é SUPERIOR a das demais promotorias de justiça criminais da capital, sendo tais números obtidos facilmente em análise dos feitos em andamento nas respectivas varas.

Assim, é o único pleito e observação urgente a ser realizado junto aos Órgãos Superiores da Administração do MPSE, para que haja isonomia com as demais unidades promotorias equivalentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

14) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, registre-se a necessidade da Promotora de Justiça comunicar as férias à Corregedoria-Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

Quanto à demanda apresentada relativa à necessidade de lotação de servidor na Unidade, o presente relatório será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes.

Na presente Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial/inquérito policial com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: **ÓTIMO**
2. Desempenho Atividade Judicial: **ÓTIMO**
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: **SEM ATRIBUIÇÃO**
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: **ÓTIMO**
5. Avaliação Qualitativa: **ÓTIMO**

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento da Promotora de Justiça interessada, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correcionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os(as) Promotores(as) de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta da Sra. Promotora de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.

Aracaju, 11 de novembro de 2021.

Eduardo Barreto d'Avila Fontes
Corregedor-Geral do Ministério Público